



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

ROSÂNGELA M UZZOLON

**ANÁLISE HISTÓRICO DOCUMENTAL DAS RELAÇÕES DE AQUISIÇÃO E
ALIENAÇÃO DE ESCRAVOS, NO FINAL DO SÉCULO XIX, NO MUNICÍPIO DE
CAVALCANTE/GO.**

Cavalcante – GO

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

MUZZOLON, Rosângela.

Análise Histórico Documental das Relações de Aquisição e Alienação de Escravos, no Final do Século XIX, no Município de Cavalcante/GO. Rosângela Muzzolon, Cidade: Cavalcante/GO. Universidade de Brasília, Orientador: Prof. MSc. Roque Magno de Oliveira, 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Cavalcante-GO, Universidade de Brasília, 2019.

1. Cavalcante de Goiás.
2. Trabalho escravo.
3. Kalunga.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

ROSÂNGELA MUZZOLON

**ANÁLISE HISTÓRICO DOCUMENTAL DAS RELAÇÕES DE AQUISIÇÃO E
ALIENAÇÃO DE ESCRAVOS, NO FINAL DO SÉCULO XIX, NO MUNICÍPIO DE
CAVALCANTE/GO.**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: MSc. Roque Magno de Oliveira

Cavalcante – GO

2019

ROSÂNGELA MUZZOLON

**ANÁLISE HISTÓRICO DOCUMENTAL DAS RELAÇÕES DE AQUISIÇÃO E
ALIENAÇÃO DE ESCRAVOS, NO FINAL DO SÉCULO XIX, NO MUNICÍPIO DE
CAVALCANTE/GO.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Rosângela Muzzolon

MSc. Roque Magno de Oliveira
Professor-Orientador

Dra. Josivânia Silva Farias
Professor-Examinador

Dra. Danielle Montenegro Salamone
Nunes
Professor-Examinador

Cavalcante, 13 de Abril de 2019.

Dedico este trabalho ao meu marido Vitor por ter sido incrível em todos os momentos destes últimos 10 anos, por acreditar e estimular a realização deste e de outros sonhos... E a minha filha Aurora, fonte de inspiração e razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela saúde e inspiração, permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, por ter me dado fé e força pra superar as dificuldades.

A minha família e amigos que sempre me incentivaram em minhas conquistas e sonhos.

A Universidade UNB, pela oportunidade de fazer mais este curso de especialização, pelo ambiente criativo e amigável que proporciona.

Ao corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um novo horizonte superior.

Ao meu orientador Professor Roque Magno de Oliveira, pela orientação, pelo suporte, apoio e confiança dedicados na elaboração deste trabalho.

À professora Fátima de Souza Freire, pela atenção, orientação e profissionalismo.

Meus agradecimentos às amigas: Olga e Luslene, pelos documentos e materiais utilizados nesta pesquisa.

A minha mãe Maria Iracilda, heroína que apesar de todas as dificuldades sempre procurou me fortalecer através da educação e pelo exemplo de vida.

Aos meus irmãos: Anderson e Tiago, que mesmo nos momentos de minha ausência dedicados aos estudos, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

A todos que de forma direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, pela contribuição valiosa, muito obrigada!

“A liberdade tem um preço alto, tão alto quanto o preço da escravidão. A única diferença é que você paga com prazer e com um sorriso, mesmo quando é um sorriso manchado de lágrimas”. – Paulo Coelho

RESUMO

No presente trabalho acadêmico buscamos analisar documentos históricos e à historiografia da população quilombola. Tais documentos ainda podem ser fisicamente encontrados junto aos órgãos de registro do município de Cavalcante/GO; referentes ao processo de abolição da escravatura na região. A escolha deu-se, principalmente, pela questão cultural do povo Kalunga na visão de muitos brasileiros, uma sociedade pluralista de economia multifacetada. O laboratório para tal análise foram os documentos que tratam da população quilombola de Cavalcante, da virada do século XVIII até o fim da primeira metade do século XIX. A dissertação utiliza o método dedutivo, apoiando-se numa pesquisa qualitativa, realizada a partir de uma análise documental e revisão bibliográfica de parte da literatura disponível sobre o tema e a partir de documentos obtidos no cartório extrajudicial de Cavalcante/GO. O processo em questão teve início no período colonial e favoreceu a construção de uma série de memórias coletivas que explicam e a interpretam de forma mais objetiva o perfil “dessa vila”.

Palavras-chave: Cavalcante de Goiás. Trabalho escravo. Kalunga

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 O ESTADO DE GOIÁS NO SEC. XVIII E XIX E SUA ECONOMIA ESCRAVAGISTA .	2
2.1. RELAÇÃO SENHOR-ESCRAVO E SUA REPERCUSSÃO NA PRODUÇÃO ECONOMICA.....	8
3 O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL.....	9
3.1. A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES KALUNGAS E A SITUAÇÃO DO ESCRAVO NO BRASIL.....	11
3.2. O QUE SÃO KALUNGAS?	15
4 A VIDA DO KALUNGA ATRAVÉS DE DOCUMENTOS	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIA	24

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal realizará análise dos documentos que ainda podem ser fisicamente encontrados junto aos órgãos de registro do município de Cavalcante/GO. Embora não seja possível a obtenção de todos os pedaços da história da escravatura na região, ainda é possível a obtenção de parte destes registros que tratam de uma realidade social ímpar com a dos dias atuais.

Há pouco mais de um século, o ser humano ainda era comercializado no Brasil Império como mercadoria de trabalho escravo e parte dos registros que possuímos desse período encontram-se vivos através dos documentos públicos e particulares firmados a época.

Os registros analisadas antecedem o período da abolição da escravatura, remetem aos anos de 1838. Além disso, conforme citado em documentário veiculado pela TV Senado, existem outros documentos que precedem a Lei Áurea e que se encontram no Arquivo do Senado.

No Brasil, a escravidão durou mais de 388 anos. Ao longo desse período mais de 10 milhões de negros, alguns vindos da África, outros nascidos aqui sofreram a mais brutal forma de tratamento possível, que foi a escravidão nos moldes vivenciados na América.

Os escravos trabalhavam principalmente nas minas e nas lavouras de café, cana de açúcar e algodão. Conforme se extrai de reportagem anteriormente citada e veiculada pela TV Senado, o órgão conta em seu arquivo que em 1864, haviam 1.715.000 escravos no Brasil. Dez anos depois, em 1874 esse número baixava para 1.540.829. Depois, em 1884, o número de escravos no país caía para 1.240.806, chegando a cerca de 723.419 em 1887, às vésperas da assinatura da Lei Áurea. Destaca-se que com os movimentos abolicionistas, a escassez de minérios o número de escravos foi gradualmente reduzido, no território nacional.

Em 13 de maio de 1888, foi aprovada a Lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea, a qual aboliu a escravidão no Brasil. Essa lei é o resultado de um desfecho de um processo lento, marcado pela mobilização da sociedade, pela rebelião das senzalas e por muitas negociações e polêmicas na câmara e no senado.

Posteriormente, durante o século XX, o Brasil ratificou normas internacionais que definem e proíbem tanto a escravidão quanto o trabalho forçado. Na mesma linha, através do Decreto nº 58.563, de 1966, o País promulgou a Convenção sobre Escravatura de 1926,

emendada pelo Protocolo de 1953, bem como a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956, obrigando-se perante a comunidade internacional a abolir todas as formas de escravidão, incluindo a servidão em geral.

Assim, embora a escravidão contemporânea seja diferente da existente no período Imperial, ela ainda pode ser detectada, não apenas na força laboral do negro brasileiro, mas na barreira social invisível que permeia a sociedade.

Apesar do trabalho forçado, segundo a Organização Internacional (OIT), estar presente, em muitos continentes, o atual trabalho acadêmico tem por elemento o estudo apenas do trabalho escravo, que era realizado pelas populações quilombolas no município de Cavalcante/GO.

Ressalta-se que é importante compreendermos a história do município e entender que o fenômeno do escravagismo não se limita aos meios acadêmicos, pois sua conceituação e caracterização são facilmente vistas. Entretanto por ora, nos ateremos à análise de documentação oficial, datada nos últimos quase 200 anos. Torna-se necessário, portanto, analisar tais documentos.

2 O ESTADO DE GOIÁS NO SEC. XVIII E XIX E SUA ECONOMIA ESCRAVAGISTA.

Historicamente o desenvolvimento do Brasil se deu as suas margens, de Belém a Porto Alegre concentrava-se e ainda se concentra a maior parte da população brasileira. A marcha para o interior dos territórios brasileiro foi atingida somente depois dos primeiros anos da colonização, uma série de fatores foram obstáculo para esse avanço, tais como a necessidade da proximidade do mar para que se mantivesse contato direto com a época metrópole Portugal, pelas dificuldades de adentrar o território brasileiro com suas florestas fechadas, a existência dos povos nativos hostis e o tratado de Tordesilhas.

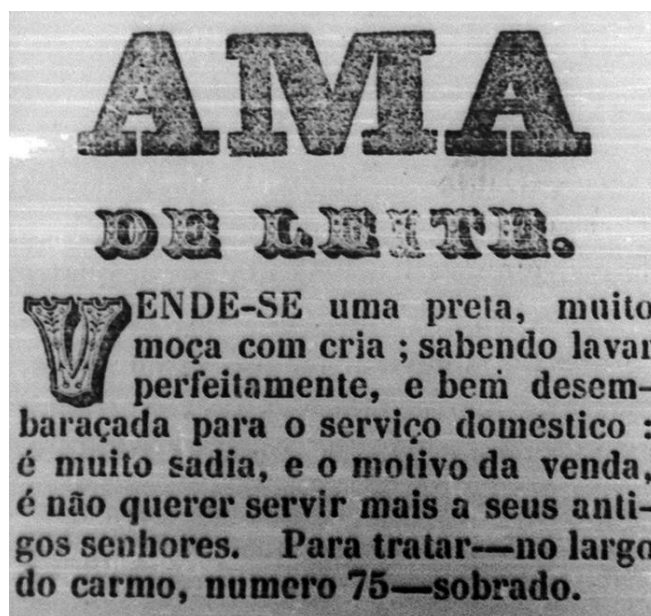
Quando falamos de Goiás, deve-se lembrar de que até a promulgação da Constituição de 1988, Goiás era composta pelo território atual e pelo território que hoje pertence ao Estado do Tocantins.

O primeiro povoamento de Goiás, com efeito, durante o século XVIII, teve sua origem na mineração aurífera. O Estado adquiriu, em consequência características urbanas, e

não rurais, por viver a população concentrada nos Arraias, que além de centros mineradores, atuavam como polos comerciais e centros administrativos.¹

Inicialmente, parte da capitania de São Paulo, o território goiano foi povoado em razão do descobrimento de minas de ouro no século XVIII. Desbravado pelo Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, sendo somente elevada ao status de capitania em 1749.

A partir dos séculos XVIII e XIX, com a ascensão da mineração em Minas Gerais e em Goiás, milhares de escravos foram trabalhar nas minas e demais atividades (como a agropecuária) que movimentavam a economia nas regiões auríferas. Outras formas de trabalho escravo foram: a criação de gado no nordeste brasileiro; os trabalhos desempenhados no tropeirismo (conhecidos como tropeiros, exerciam atividades comerciais de uma região à outra); e o trabalho de zelar e tratar dos animais carregadores de mercadorias. As formas de trabalho escravo variavam bastante nas cidades. Existiam os escravos prestadores de serviço, isto é, os escravos de ganho, carpinteiros, barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros, entre outros. As mulheres também exerciam o trabalho escravo: geralmente elas trabalhavam como amas de leite, doceiras e vendedoras ambulantes (ou seja, as chamadas “negras de tabuleiro”). Portanto, no Brasil existiu uma grande diversidade nas formas do trabalho escravo².



Anúncio de Jornal do séc. XIX - Venda de Ama de Leite (Escrava) 1879³

¹ PALACIN, Silva. A primeira Revolução de Boa Vista (1892-1895) In: O coronelismo no extremo norte de Goiás. São Paulo. Loyola, 1990. (p. 37-46).

² CHAUL, Nars Fayad. O conceito de decadência e a decadência do conceito. In: A sociedade goiana do século XIX e a construção do mito da decadência. Goiânia: UFG, 2001. (p.33-85).

³ <https://www.google.com/search?q=ama+de+leite+s%C3%A9culo+XIX&rlz=1C1CHZL_pt-BRBR750BR750&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjkg_ag-O3hAhXgILkGHXqzB_4Q_AUIDigB&biw=1920&bih=937#imgrc=Mla7-3gnOR_LRM> Acesso: 26/04/2019

A respeito do século XIX em Goiás, além da carência de pesquisas, há também um equívoco secular em que se misturou e associou a decadência do ouro com o da própria Província. Como bem ressaltou Bertran, “em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um inteiro século, o da ‘decadência’, justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados”. Observa-se também que o que garantiu de fato o povoamento de Goiás não foi o ouro e sim a agropecuária.

Conforme se extrai das mais reconhecidas obras sobre o estudo da escravidão em Goiás, como a obra Economia e escravidão em Goiás de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, não podemos engessar o conceito de regiões de um vasto território como o Brasil, nos variados confins brasileiros, bem como até mesmo em curtas distâncias existiam inúmeras diferenças de como eram tratados os escravos de origem africana.

Por um lado, se em determinada vila extraíam-se minérios, as condições de trabalho e de vivência daquela população seriam ímpares se comparadas com a de outra região, que por vezes próxima, explorava outros meios de produção, como a agricultura e a pecuária, ou até mesmo poderiam ter um papel administrativo. Assim, como na sociedade atual, as diversas regiões goianas produziam diversos produtos e/ou eram responsáveis por diversas etapas da produção.

Inicialmente, podemos entender que o avanço até as terras goianas se deu pela procura do ouro, mas posteriormente e de forma gradual, passou-se a exploração da pecuária.

Nesse sentido temos que:

Por que no Brasil, por exemplo, em cada “região” se tenta encontrar uma “brasilidade” e construir uma identidade? Apesar de sempre plural e de conceito muito fragmentado e contestado, não se pode negar essa incessante busca na “cuiabana” dos cuiabanos; no “gauchismo” dos gaúchos; na “baianidade” dos baianos; na “mineiridade” dos mineiros; na “goianidade” dos goianos; além de sua dimensão maior na América do Sul, espanhola e na América portuguesa, onde a brasileira é um enigma disfarçando a participação do negro. Que conceitos universais entraram “nelas”? Como se definir, portanto, o verdadeiro significado do que se denomina identidade? Que elementos comporiam uma “identidade”? Seria possível uma identidade somente para o segmento social negro? (MOURA, 2008, p. 45).

Segundo Nars Fayada Chaul (2001), Goiás é visto como um estado atrasado em relação às outras regiões do território brasileiro. Essa ideia remota o século XIX, vem sendo difundida desde então pela cultura dos viajantes que passavam por Goiás em busca de

progresso. Tais relatos deixavam implícitas as necessidades de Goiás e suas carências, na vida administrativa, nos meios de transportes e na precariedade das estradas, no isolamento por terrar que acabavam por prejudicar os meios de comunicação. Além desses fatores supracitados, a questão do declínio aurífero também contribuiu para que a ideia de inferioridade de Goiás se propagasse. Posteriormente, no período pós-mineração a cidade continuou sendo vista como deteriorada, com sua agricultura rudimentar.

Deste modo, constitui-se um conjunto de situações negativas sobre Goiás, essa imagem foi sendo repetida e repassada por cronistas, governadores de Província, formando assim o conceito de decadência. Alguns historiadores contemporâneos também reproduziram essa mesma visão, justificando que Goiás era uma terra em decadência pela falta de estradas, que retrata uma sociedade que não possui o mínimo para se manter. Em decorrência dessa visão inoperante e carente, o estado passou por um isolamento por um longo período. Contudo, nesse sentido a visão de um estado atrasado é bastante simplista, pois ainda no séc. XIX nasciam centenas fazenda e dezenas de povoados, o estado estava em transição agropecuária, além disso, a vida sociopolítica e econômica da sociedade diferenciava-se pouco das demais organizações sociais.

Sobre o século XIX, o autor Eurípedes Funes analisou a fase do declínio aurífero e sua transição para a agropecuária, apoiado na ideia de uma economia de subsistência. Observando que

...com o declínio da mineração não há, de imediato, uma nova atividade econômica capaz de dar continuidade ao processo de desenvolvimento da província, o que gerou profunda crise econômica (...)

Durante esta fase crítica a qual só começou a ser superada na segunda metade do século XIX, em Goiás ocorreram importantes mudanças tais como: o predomínio de uma economia de subsistência com base na agropecuária, alterações de produção até então predominantes - o sistema escravista cede lugar, gradativamente, às novas relações de produção, não capitalistas, fundamentadas na força de trabalho familiar, do agregado, em menor escala do camarada.

Nos primeiros tempos de colonização, a legislação mineradora mostra a preocupação de se colocar a atividade agrícola no plano de assistência. Cerca de 30% do total de escravos ocupava-se no serviço complementar à mineração. É de se inferir, no entanto, que muitos sítios trabalhavam sem o consenso dos escravos, admitindo agregados.

TABELA ESTATÍSTICA DOS PRINCIPAIS SÍTIOS DE LAVOURAS EM 1828⁴

Julgados do Norte		
	Nº de Sítios de Lavouras	Perc. em Relação ao Total do Norte
São João da Palma	85	9,3%
Conceição	35	3,8%
Natividade	208	22,8%
Porto Imperial	08	0,8%
Arraias	11	1,2%
São Félix	-	-
Flores	195	21,4%
Trairas	245	26,9%
Cavalcante	123	13,5%
Total	910	100

FAZENDAS DE GADO EM GOIÁS – ANO DE 1828⁵

Julgados do Norte		
	Fazendas de Gado	Perc. em Relação ao Total do Norte
São João da Palma	70	13%
Conceição	53	10%
Natividade	62	12%
Carolina	16	02%
Arraias	150	28%
Flores	130	24%
Trairas	36	06%
Cavalcante	29	05%
Total	546	100%

⁴ SALES, Gilka V.F. Os fatores de produção. In: Economia e escravidão de Goiás. Goiânia: UFG, 1993. (p. 215-293).

⁵ SALES, Gilka V.F. Os fatores de produção. In: Economia e escravidão de Goiás. Goiânia: UFG, 1993. (p. 215-293).

Segundo Gilka Sales⁶, em 1828 havia em Goiás 702 fazendas de gado. O sul possuía 22% e o Norte, 78% do total. Houve, entre 1796 e 1828, um acréscimo de 22% de fazendas no Sul e 26% ao Norte.

Nos primeiros anos do século XIX, o pastoreio no Norte pouco supera o Sul. Era a segunda produção em Goiás, depois do ouro que, apesar de minguado, ainda dominava. Somente com o esgotamento das minas de, a partir de 1812, passou o ouro a ser uma atividade secundária de faiscagem, compelindo o homem ao amanho das terras e à criação de gado. Assim explica Ciro Cardoso.⁷

As áreas de pecuária, era a mais antiga do sertão do Nordeste, constituem setor no qual se postulava, no passado, a virtual ausência de escravos e o predomínio do trabalho de libertos, mestiços livres de todo tipo e brancos pobres. Novas pesquisas mostraram estar a escravidão muito presente também nesse ramo de atividade, em bora sem dúvida as zonas de pastoreio apresentassem menos densidade de escravos, maior pobreza e rusticidade, uma hierarquia social mais frouxa.

Fora das atividades produtivas, temos os escravos domésticos – pequena minoria. Sua situação caracterizava-se por certa ambiguidade. Gozavam, sem dúvida de privilégios negados aos outros cativos. A intimidade com os senhores valia-lhes a alforria com frequência bem maior do que no caso de escravos de outros tipos. Mas tal intimidade e convívio próximo do que no caso de escravos de outros tipos. Mas tal intimidade e convívio próximo significavam também uma maior dependência e uma vigilância constante. A humildade, a obediência e a fidelidade poderiam transformá-la em libertos; mas qualquer falta aos padrões esperados de conduta faria pesar sobre eles a ameaça de terríveis castigos, ou mesmo a possibilidade de serem enviados para o eito.

Nesse sentido o historiador em sua obra segue dizendo que no período que engloba do início ao fim do século XVIII a mineração de pedras preciosas em especial o ouro e o diamante geraram a intensificação da escravidão e em consequência disso o tráfico de escravos.

Segundo estimativas trazidas pelo próprio autor, um número de aproximadamente 1.891.400 de escravos africanos foram desembarcados na América

⁶ SALES, Gilka V.F. Os fatores de produção. In: Economia e escravidão de Goiás. Goiânia: UFG, 1993. (p. 215-293).

⁷ CARDOSO. Ciro Flamarion S.. O trabalho na colônia. In: História Geral do Brasil. Maria Yedda Linhares (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1990. (p. 95 - 110).

portuguesa, número esse preocupante e que não veio sozinho, mas aliado da chegada de milhares de imigrantes brasileiros, conforme posteriormente veremos.

2.1 RELAÇÃO SENHOR-ESCRAVO E SUA REPERCUSSÃO NA PRODUÇÃO ECONÔMICA

No Brasil a situação dos escravos variava bastante de acordo com o setor que eram empregados. Os mais desgraçados eram os escravos do campo, mas também os que trabalhavam nos engenhos de açúcar, nos meses da moagem e da preparação do produto, funções estas que eram duríssimas e marcadas por longas jornadas.⁸

Na região nordeste do Brasil, os engenhos de açúcar assentados, principalmente no trabalho de escravos africanos.

Segundo Gilka Sales⁹, as relações entre senhor e escravo, na estrutura da economia colonial, representa um ponto importante no fenômeno da produção. Ofereceram múltiplas faces, decorrendo a principal da exploração de um trabalhador que não participava direta ou indiretamente dos interesses do empreendimento. Ao branco cabia a direção das empresas e dos negócios, bem como as funções administrativas. Pouco frequentemente, os serviços mecânicos e lavourista. Em Goiás registra-se um episódio bastante curioso, conforme apresenta a autora, o episódio da bastarda Ana Fabíola que foi processada por ocultar durante oito dias cinco escravos em fuga, que iam para uma fazenda de Ferreiro, seviciados de mil formas, com “rigorosos e inauditos castigos”. (GILKA SALES, 1993, pag.287).

Julgava-se que só a violência poderia manter o sistema e apenas casos de exceção que ofendessem frontalmente os costumes e o sistema econômico encontraram amparo da parte dos religiosos e das autoridades. Mais raramente, ainda, encontravam-se relatos de relacionamento justo e humano.

No período de intensa mineração, entretanto, o escravo produziu mais ativamente, graças à rigidez do sistema, afrouxada com o declínio da economia aurífera. Nas primeiras décadas do século XIX eram constantes e comuns as lutas de cativos. Sendo estas fugas as precursoras da formação do quilombos. Com a decadência da mineração, a partir das

⁸ CARDOSO. Ciro Flamarion S.. O trabalho na colônia. In: História Geral do Brasil. Maria Yedda Linhares (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1990. (p. 95 - 110).

⁹ SALES, Gilka V.F. Os fatores de produção. In: Economia e escravidão de Goiás. Goiânia: UFG, 1993. (p. 215-293).

últimas décadas do século XVIII e durante todo o século XIX. A ruralização da vida em todos os aspectos se estende a toda a geografia de Goiás.

Na sua imensa maioria, os escravos e escravas do Brasil viveram, trabalharam e morreram nas áreas rurais. Quando se fala em escravidão rural, de imediato se pensa na agroindústria exportadora, em especial os engenhos de açúcar. Apesar de suas dimensões variáveis, o engenho médio comportava dezena de escravos e era, nos “Tempos Modernos, uma das formas mais complexas de empresa quanto às instalações que exigia e ao grau considerável de divisão do trabalho que apresentava. (CARDOSO, Ciro Flamarion pág.104)

3 O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Durante o século XVIII e XIX, o Estado de Goiás recebeu muitos escravos africanos. Muitos fatores influenciavam na escolha dos escravos, de acordo com suas “qualidades”. Na época existia uma crença de que ter uma escrava mina dava sorte ao minerados (PAIVA, 2002, p.187).

Na década de 90 o Brasil assumiu um compromisso internacional na erradicação do trabalho escravo, através de medidas preventivas e repressivas por parte do Ministério Público. Desde então, foram criados alguns grupos móveis de fiscalização. De 1995 ao momento atual a fiscalização vem sendo intensificada. Um trabalho interinstitucional do Ministério Público do Trabalho em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e vem trazendo repercussão na mídia falada e na mídia escrita. O que, leva informações para as pessoas, as quais acabam denunciando situações análogas à escravidão.

O sistema de escravidão é bastante vantajoso para muitas empresas que através de terceirizações e subcontratações na cadeia produtiva, a empresa acaba por sonegar direitos trabalhistas e previdenciários; distribuindo o risco da atividade econômica com todas as empresas que se põe ao longo da cadeia produtiva, divide os custos da produção porque os trabalhadores terminam assumindo parte da produção através do aluguel da oficina, do maquinário, da luz, da água, que são pagos pelos próprios trabalhadores. E aos olhos do senso comum, que desconhecem seus direitos acaba por questionar a responsabilidade das grandes empresas. Contudo, aos olhos do Ministério Público e do Trabalho, ocorre um avanço nesse campo, em busca de responsabilizar esses grandes empresários e grupos que ditam as regras da cadeia produtiva, inclusive pelos baixos valores pagos pelos produtos fabricados.

Em um passado recente, quando os meios de produção não eram mecânicos, havia um aliciador (intermediário também chamado de “gato”) que encontrava pessoas para trabalhar em situações de escravidão. Muitas vezes os contratos pelos empregadores são feitos de forma verbal.

Com a urbanização acelerada que o país passa aproximadamente 80% das pessoas residem na cidade, ao contrário do que era antigamente. Nesse sentido, ocorre que a escravidão contemporânea, a qual está presente em três setores. No agronegócio, na indústria têxtil e na construção civil. No agronegócio envolve o plantio e a colheita da cana de açúcar, sendo em todas as partes do Brasil essa prática é frequente e comum.

Estima-se que atualmente no Brasil haja aproximadamente 200.000 mil trabalhadores vivendo em condições análogas a escravidão. Isso inclui os imigrantes de uma forma geral, que em decorrência da falta de documentos, por estarem em situação abaixo da linha de pobreza e por falarem outro idioma acabam mais facilmente “presos” a esse tipo de atividade, devido a sua situação de vulnerabilidade social são vítimas em potencial do trabalho escravo.

De acordo com o código penal, existe a previsão do crime de Redução a condição análoga à de escravo, em seu artigo 149¹⁰, que define: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

Finalmente com a edição de novas Leis, como a Lei 2040/1871, a conhecida Lei do ventre livre, passou-se uma melhoria na condição de vida não dos escravos, mas de seus descendentes, neste termos estudos que indicam:¹¹

Com a Lei n.º 2.040 todos os senhores de escravos deveriam registrá-los, nesta matrícula o n.º de matrícula, o nome do senhor e do escravo, cor, idade, naturalidade, ocupação e filiação. O imposto arrecadado era convertido em um Fundo de Emancipação. Pesquisado os inventários post-mortem foram encontrados anexos aos processos alguns registros de matrícula de escravos. Foram computados 117 escravos no período de 1872 a 1886.

¹⁰ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm> Acesso: 26/04/2019.

¹¹ <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_nonografia.pdf> Acesso: 20/04/2019.

Mais tarde, somente com a Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, e mais conhecida como Lei Áurea é que houve o real fim da escravidão protegida pelo Estado.

3.1 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES KALUNGAS E A SITUAÇÃO DO ESCRAVO NO BRASIL

Fotografia 1: Cavalcante/GO



Fonte: Rosângela Muzzolon (2018)

Pesquisas recentes mostram que Cavalcante é um município pobre e que fica na região mais pobre de Goiás. Os anos correm entre um século e outro, mas os problemas permanecem os mesmos para os Kalungas. Quilombolas que encontraram lar entre os muros de pedra da Chapada dos Veadeiros, na região norte do estado de Goiás.

Em Cavalcante existem duas comunidades negras que no século XIX fugiram da escravidão, 200 anos depois vivem quase do mesmo jeito, com pouca ou quase nenhuma

infraestrutura, em casas com paredes de barro e telhado de capim. Mas nada é tão grave quanto o trabalho forçado e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Para essas pessoas, certas feridas perpassam gerações e nunca cicatrizam. De acordo com o Conselho Tutelar da cidade, ocorreram várias denúncias nesse sentido. Cavalcante para presenciar uma realidade há muito tempo ignorada.

Para atender a essa demanda o Ministério Público com sua equipe de assistentes vem agindo ativamente no combate a esses abusos e situações análogas à escravidão. Além disso, trabalhos sociais e novas políticas públicas vem sendo pensadas no sentido de atender a essa população e tirar dessa situação vulnerável.

Mas nem só de mazelas vivem os descendentes dos quilombolas. Com a redescoberta das belezas naturais da Chapada dos Veadeiros e a curiosidade acerca da cultura Kalunga, a região tem cada vez recebido um número maior de turistas e de pessoas preocupadas em atender as necessidades do povo Kalunga.

Na Chapada dos Veadeiros fica o município mais antigo do nordeste goiano, Cavalcante, ao norte de Goiás, localizada há 320 km de Brasília, é uma região que possui belezas naturais dignas de apreciação.

Cavalcante faz parte da história do Estado de Goiás, desde a Capitânia de Goyas, quando Bartolomeu Bueno da Silva o (Anhanguera) passou por essa região a procura de novas minas de ouro e de índios. Estava junto com ele seu filho Bartolomeu Bueno da Silva Filho (o Anhanguera Filho), na época com aproximadamente 12 anos de idade. No entanto, durante essa incursão não chegaram à região da Chapada dos Veadeiros, tomando destino para a região de Meia Ponte (Pirenópolis) e de Vila Boa (cidade de Goiás) voltando para São Paulo. Porém, era necessário que se obtivessem mais minas de ouro para formar a Capitânia de Goyas, então, o Anhanguera Filho voltou pelo mesmo trajeto de seu pai, em busca de novas minas. Chegando à região de cabeceira do rio Tocantins resolveu subir sentido a Chapada dos Veadeiros, onde descobriu uma grande quantidade de minas de ouro, e assim, formou a Capitânia de Goyas. A partir daí a região passou a ser alvo de diversos garimpeiros que vinham para explorar o metal precioso e ajudar a Coroa Portuguesa a “interiorizar” a pátria amada Brasil.¹²

A primeira incursão no território de Cavalcante ocorreu em 1736, pelo garimpeiro Julião Cavalcante e seus companheiros, vindos em busca de novas minas de ouro de grande profundidade à margem do córrego Lava Pés, na serra da Cavalhada, atraiu

¹² Fonte: site Oficial do Município de Cavalcante – <www.cavalcante.go.gov.br> Acesso: 10/02/2019.

numerosos aventureiros, iniciando o povoado com o nome de Cavalcante, em homenagem ao fundador e colonizador.

Em 1740, foi fundado oficialmente o arraial de Cavalcante, pelo bandeirante Diogo Teles Cavalcante e Domingos Pires do Prado, em presença do governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Mascarenhas.

Fotografia 2: Praça Diogo Teles em Cavalcante/GO



Fonte: Rosângela Muzzolon (2018)

Em 1759, o arraial foi elevado à freguesia, por ordem do Governador da Capitania de Goyas, D. João Manoel de Melo.

Em 1794, com a decadência dos metais preciosos no arraial de São Félix, transferiu-se para Cavalcante a casa de Fundição de Ouro, extinta em 1806, por tornar-se deficitária. Estima-se que durante a glória das minas de ouro havia na região de Cavalcante aproximadamente 20.000 escravos, população duas vezes maior que a atual. Nessa época o

território de Cavalcante abrangia quase todo o nordeste goiano, desde o município de Formosa (antigo Arraial dos Couros) até o município de Arrais no Estado Tocantins.

No Brasil colônia, Cavalcante foi fonte de grandes pedras preciosas e abrigo de ex escravos que ao longo de várias gerações conquistaram o que é hoje considerado o maior quilombo do Brasil. Patrimônio cultural e natural, Cavalcante esconde belezas quase intocadas. Muitas comunidades ainda usam o fogão a lenha, tomam banho no rio, tem o diálogo como forma de passa tempo, a dança “sussa”¹³ como passa tempo. etc. A Sussa (Súcia) ou Tambor é o ritmo que domina as festas kalungas.

Fotografia 3: Dança Sussa



Foto: Agô Turismo¹⁴

Pela tradição, é considerada uma dança sagrada para pagar promessas e como pedido para que a lavoura seja próspera. O ritmo é acompanhado pelo som dos tambores e por ritos complexos, com simbolismos como o reinado do imperador, a coroa, a corte em procissão, o mastro, as bandeiras, as espadas, o terço com as ladainhas das rezadeiras, os foguetes e outros motivos folclórico-emblemáticos.

¹³ <<http://www.cavaleirodejorge.com.br/comunidade/kalunga>> Acesso: 26/04/2019

¹⁴ <<https://www.facebook.com/agoturismo.chapada/>> Acesso: 26/04/2019.

Estimativas apontam que existem no Brasil cerca de 2.600 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

3.2 O QUE SÃO KALUNGAS?

Aos habitantes de Cavalcante foi dado o nome de Calunga, que na língua banto – uma das diversas línguas africanas que eram faladas pelos negros trazidos na diáspora, principalmente de Angola, Congo e Moçambique – significa lugar sagrado e de proteção.¹⁵ A terminação Kalunga, deste modo, gradativamente, foi sendo construída como uma versão positiva do negro. Para seu povo, kalunga significa “lugar sagrado que não pode pertencer a uma só pessoa ou família” e “lugar onde nunca seca, arável, sendo bom para o plantio”.

Fotografia 3: O kalunga



Fonte: Agô Turismo

O nome Kalunga é atribuído a descendente de escravos das lavras das minas de ouro da região dos afluentes do Rio Paraná e do Tocantins, no nordeste goiano. Eles fugiam da violência em busca de liberdade e autonomia. Dessa forma, se instalaram no norte de

¹⁵ <<https://porlatierra.org/docs/a72dac0268841fe42cab6fe0380d039d.pdf>> Acesso: 04/04/2019.

Goiás, em meio às serras do que hoje é o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A presença desses remanescentes de escravos na região de Cavalcante é um dos aspectos que chamam atenção. Os Kalunga são oriundos de quilombos que se instalaram em áreas da Chapada dos Veadeiros desde o período colonial. O povoado Kalunga está presente nessas terras há mais de 300 anos, seus antepassados se deslocavam até a Bahia para comprar e trocar seus produtos, antes mesmo de Cavalcante tornar-se uma região estruturada. Naquela época, gastava-se trinta dias de viagem a cavalo. Trocavam geralmente couro de gado e carne seca por sal e fazendas (tecidos). Levavam também pele de animais caçados.

A história dos Kalunga remonta a 1722, quando Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, e João Leite da Silva Ortiz, ao iniciarem o ciclo minerador “As Minas dos Goyazes” desencadeiam um processo de povoamento da região. A febre do ouro movia a todos, brasileiros e estrangeiros. As populações autóctones, Acroá, Xacriabá, Capepuxi, Caiapó, Xavante, Karajá, Avá Canoeiro, entre outros, são submetidas, destruídas ou procuram outro habitat. A migração inicia-se desordenada, provocada pela descoberta do ouro no centro do Brasil, para a província goiana vieram milhares de africanos na condição de escravos. Na região em que hoje se situa Cavalcante, noticia-se a presença de quilombos desde 1760, em carta de 30 de dezembro de 1760, endereçada ao rei português, o governador João Manuel de Mello, noticia a presença de diversos quilombos na região do Rio Paraná.

Como em todos os quilombos, para se chegar até estas antigas comunidades é necessário transpor caminhos difíceis, mesmo porque a distância e o difícil acesso era uma forma de defesa dos quilombolas, que escondiam-se de seus perseguidores.

Resultantes da luta dos negros, os quilombos brasileiros são uma forma de organização social caracterizada pela manutenção e reprodução dos modos de vida próprios. Um fato curioso é que somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que essas comunidades passaram a ter direito sobre seus territórios, com o surgimento do termo “remanescentes de quilombo”, associado a uma identidade histórica.

O Quilombo Kalunga é o maior e mais importante território quilombola do país, estendido ao longo de 253.000 hectares é constituído por 56 comunidades.

4. A VIDA DO KALUNGA ATRAVÉS DE DOCUMENTOS

Para o Kalunga a casa desempenha um papel muito importante na comunidade, pois é o local onde esse povo costuma se reunir para conversar. A sala, quando existente, quase não é utilizada, sendo a cozinha o espaço da casa mais utilizado. Junto ao

fogão feito de barro, as pessoas conversam, riem e se distraem. O forte vínculo familiar garantiu a construção dos primeiros núcleos dos quilombos.

Fotografia 4: Casa Kalunga



Fonte: www.quilombokalunga.org.br¹⁶

Nesse cenário, as casas foram erguidas umas próximas às outras, formando vilas que hoje são o centro das comunidades e de onde emana toda a organização local. Enquanto a dona da casa prepara um café ou uma refeição, os visitantes aproveitam para enrolar seus cigarros de palha e contar as novidades. As paredes da casa são feitas de adobe e o telhado de palha trançada. Este trabalho é feito pelos próprios membros da comunidade usando argila e folhas encontradas na região. Os móveis da casa são feitos de madeira das árvores, assim como as portas e janelas. Panelas, pratos e talheres são trazidos da cidade.

Antigamente, as panelas e potes eram feitos de barro. Contudo, esse costume tem mudado, mas não abandonado. Do mesmo modo, apesar do advento do fogão a gás, predomina ainda o fogão à lenha.

¹⁶<<https://www.google.com/url?sa=i&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjmt7Pcx9XhAhV9IrkGHXK9D9EQjRx6BAgBEAU&url=http%3A%2F%2Fquilombokalunga.org.br%2Fnoticia%2Fprojeto-kalunga-sustentavel-turismo-cidadania-e-geracao-de-renda-no-sitio-historico-e-patrimonio-cultural-kalungago%2F&psig=AOvVaw04pVgycuJI-PUC4qKpU0wy&ust=1555536582176849>> Acesso 07/03/2019.

Fotografia 5: Fogão de uma casa Kalunga



Fonte: Agô Turismo¹⁷

¹⁷ <<https://www.facebook.com/agoturismo.chapada/>> Acesso 07/03/2019.

ANEXO A - Folhas.1 a 2 v., Documento datado do ano 1838

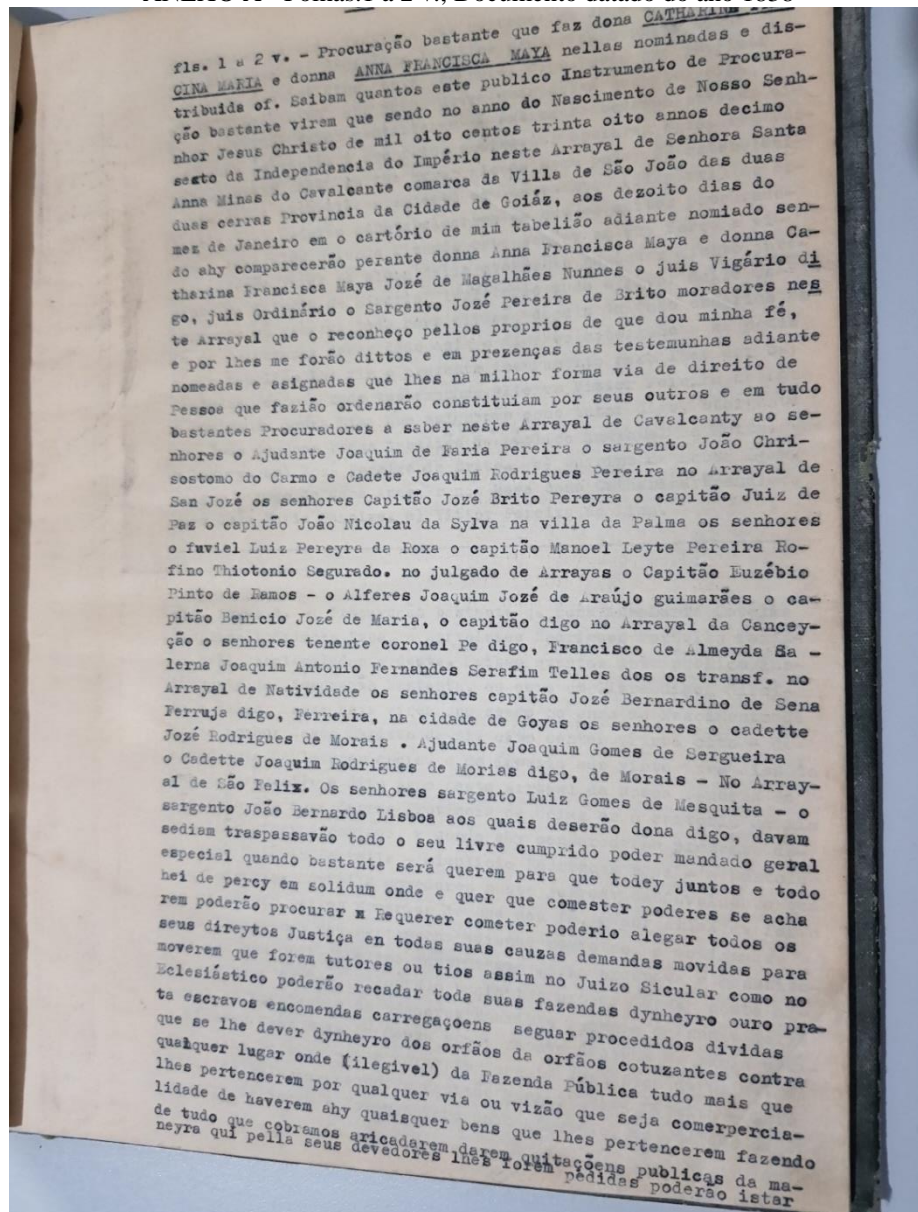


Foto: Rosângela Muzzolon (2018)

Trata-se de uma procuração em benefício de dona Catharina Francisca Maria e dona Anna Francisca Maya, na data do dia 18 de Janeiro de 1838 (décimo sexto ano da Independência da Cidade de Goiás), feita pelo tabelião do cartório da Comarca de Cavalcante/GO. A procuração assegurava todos os seus diretos, podendo adquirir suas fazendas, dinheiro, ouro, prata, escravos e encomendas.

Conforme conceito dado por Boris Kossoy¹⁸

Ao observarmos uma fotografia, devemos estar conscientes de que a nossa compreensão do real será forçosamente influenciada por uma ou várias interpretações anteriores. Por mais isenta que seja à interpretação dos

¹⁸ Boris Kossoy (2001: 113)

conteúdos fotográficos, o passado será visto sempre conforme a interpretação primeira do fotógrafo que optou por um aspecto determinado, o qual foi objeto de manipulação desde o momento da tomada do registro e ao longo de todo o processamento, até a obtenção da imagem final.

ANEXO B – Folhas 31 a 31v., Documento datado do ano 1838

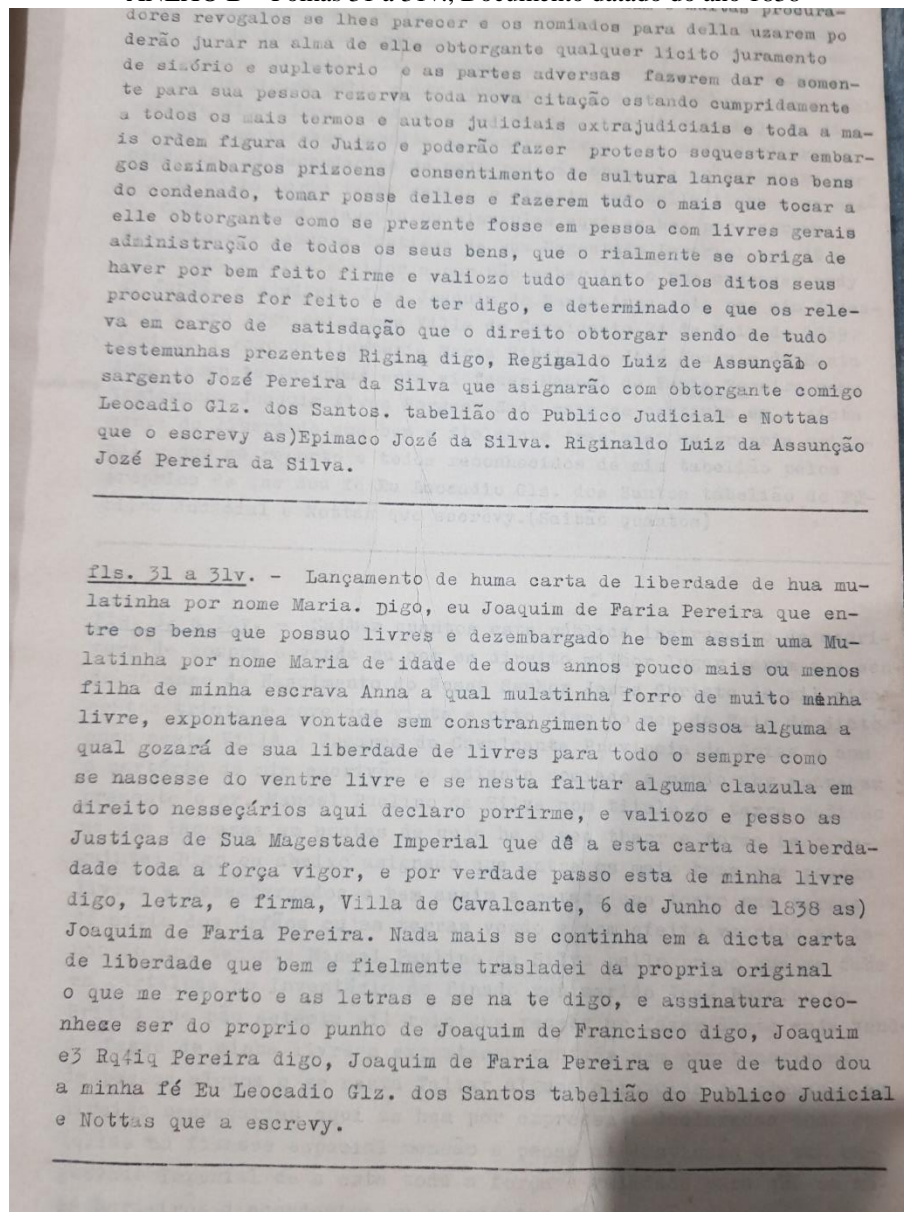


Foto: Rosângela Muzzolon (2018)

Trata-se de uma Carta de Liberdade feita em 06 de Junho de 1838, em benefício de uma “mulatinha” por nome de Maria (com mais ou menos 12 anos de idade), filha de sua escrava Anna. Feita por Joaquim de Faria Pereira, na qual declarou ser possuidor de terras, fazendas e escravos.

ANEXO C - Folhas 10 a 10v.

Estacio Suaris Lanhozo escrivão do Juizo Municipal e Nottas que
o escrevy. as) José Roiz de Souza - José Roiz de Souza Junior
Manoel da Silva Vidal. como testemunhas: Mel. José Ventura Lima,
e Manoel Paulino da Silva.

fls. 10 a 10v. - Carta de liberdade que deu Manoel Dias Machado
a seu escravo que foi Manoel Najão Pardo de idade mais ou menos
de trinta e cinco annos, como abaixo se declara. Saibão quantos
estes publico instrumento de carta de Liberdade ou como em di-
reito melhor lugar verem que sendo no anno do Nascimento de Nos-
so senhor Jesus Christo de mil e oito sentos e trinta e oito De-
cimo sexto da Independencia do Imperio aos vinte e hum dias do mes
de Maio de ditto ano, nesta Villa e Comarca de Cavalcante Provin-
cia de Goiáz, em o cartório de mim escrivão, abaixo nomiado, e
sendo ahy appareceu prezente o mesmo escravo liberto por nome Ma-
noel para o efeito de Se lançar neste libre de Nottas sua carta
de liberdade que lhe deu seu falecido senhor Manoel Dias Machado
de cuja carta seu thior he o seguinte: Digo eu Manoel Dias Macha-
do que entre os bens que possuo livres e desembergado he bem a
sia hu copaz de nome Manoel que houve por compra do falecido An-
tonio Fernandes Garcia cujo escravo Manoel de hidadê pouco mais
ou menos de trinta e cinco annos cujo escravo Manoel ou foro de
muito minha livre e vontade e sem constrangimento de peços alguma
pellos bem digo, pellos bons serviços que me tem dado com amor
e criação com obrigação de servir meus tres filhos pequenos de
minha mulher Joanna Barboza peço aos mais meus herdeiros que o
não embarsem pois hé a minha ultima vontade peço e rogo a jus-
tiça de sua magestade Imperial de ju digo, de inteiro cãmprimento
e por não saber ler e nem escrever pedi a meu filho João Dias Ma-
chado que esta carta de liberdade fazer e eu me assignei com o
meu signal costumado que he huma Eres Citio das Lajinha primei-
ro de Janeiro de mil e oito sentos e vinte nove signal de Manoel
Dias Machado como testemunha que este fiz a rogo de meu pay João
Dias Machado como testemunha João Demaceno Almeida - Como testemu-
nha Antonio José Leal eu Estacio Suaris Lanhozo escrivão do Juizo
Municipal de Nottas que o escrevi.

fls. 10v. a 11. - Carta de Liberdade que deu D. Guitéria Dias
de Oliveira a seu escravo de nome Renvaldo Mulato de idade de on-
ze annos pouco mais ou menos como abaixo se segus. : Saibam quan-
to estes publico instrumento de carta de liberdade como em direi-

Trata-se de uma carta de Liberdade datada no ano de 1838, na qual o senhor Manoel Dios Machado liberta seu escravo Manoel Najão Pardo (com mais ou menos 35 anos de idade).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dedutivo do que foi exposto nesta dissertação, afirma-se que muitos escravos do município de Cavalcante receberam carta de alforria antes mesmo da abolição da escravatura. Além disso, infere-se que embora estes fossem vistos, vendidos e tratados como animais e/ou peças, como citam muitos documentos, percebe-se que com o passar dos anos em alguns núcleos familiares havia o surgimento de uma relação mais humana entre o senhor e o escravo.

No entanto, cumpre destacar que conforme a decisão sem número de 14 de dezembro de 1890 houve a ordem para que fossem queimados todos os papéis, livros de matrículas e documentos relativos à escravidão, existentes nas repartições do Ministério da Fazenda. A medida assinada dois anos e sete meses depois da abolição da escravatura pelo então Ministro dos Negócios da Fazenda Rui Barbosa, tinha o objetivo de apagar todas as diferenças jurídicas entre as pessoas; preservando o conceito de cidadania republicana e impedindo qualquer discriminação. A decisão de Rui Barbosa atingia parcela importante da documentação sobre os escravos. O que nos leva a questionar quantos desses documentos não foram queimados em outros órgãos da esfera estatal e que continham um lado obscuro da história, relativo à escravidão brasileira.

Especula-se que os documentos que sobreviveram até os dias atuais possuem conteúdo que conta somente o lado brando da história. Acredita-se que a uma grande quantidade de documentos oriundos dessa época e que tratam de questões que envolvam o comércio de escravos no Brasil foi propositalmente destruída, queimada, ou simplesmente deixada de lado, pois se trata de um passado que o povo brasileiro quer esquecer. E que ao longo dos anos alguns dos antigos donos de escravos temendo futuras reprimendas, procuraram meios de apagar tais registros.

Tratando dos problemas contemporâneos, encontrados pelos remanescentes das populações quilombolas, no município de Cavalcante, embora haja crescente vigilância por parte do poder público, infelizmente há indícios da existência da prática de coação psicológica em adolescentes e vítimas de abuso sexual, nos dias de hoje.

Cabe destacar, que a fase mais árdua da fase da pesquisa é a coleta de dados documentais, pois muita coisa é perdida durante o percurso até o momento final. Nascem novos desafios na busca pela compreensão do passado. Dessa forma o que ocorre aqui são considerações e não conclusões.

REFERÊNCIAS

Livros:

- CHAUL, Nars Fayad. **O conceito de decadência e a decadência do conceito**. In: A sociedade goiana do século XIX e a construção do mito da decadência. Goiânia: UFG, 2001. (p.33-85).
- CARDOSO. Ciro Flamarion S.. O trabalho na colônia. In: História Geral do Brasil. Maria Yedda Linhares (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1990. (p. 95 - 110).
- KOSSOY, Boris, 1941. **Fotografia e História** – 2ª ed. rev., São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LOIOLA, M. I. **Trajatórias para a liberdade: escravos e libertos na Capitania de Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 2009.
- SALES, Gilka V.F. **Os fatores de produção. In: Economia e escravidão de Goiás**. Goiânia: UFG, 1993. (p. 215-293).
- PALACIN, Silva. **A primeira Revolução de Boa Vista (1892-1895)** In: O coronelismo no extremo norte de Goiás. São Paulo. Loyola, 1990. (p. 37-46).
- PALACIAN, I. **O século do ouro em Goiás**. 4.ed. Goiânia: UCG, 1994.

Órgãos públicos:

Cartório de registro de imóveis e anexos de Cavalcante/GO

Extraídos da Internet:

Fonte: <<http://cavalcantego.blogspot.com.br/p/historia-e-cultura.html>>

Fonte: <<http://www.curtamais.com.br/goiania/comunidade-kalunga-carrega-cultura-tradicao-e-historia-em-santuário-ecológico-de-goias>>

Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cavalcante_\(Goi%C3%A1s\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cavalcante_(Goi%C3%A1s))>, História e Cultura

Fonte: site Oficial de Cavalcante - <www.cavalcante.go.gov.br>

Fonte: <<http://cavalcantego.blogspot.com.br/p/historia-e-cultura.html>>